

Uma agenda para o Brasil

FERNANDO GASPARIAN *

Entre os temas do seminário *O Brasil e as Tendências Econômicas e Políticas Contemporâneas*, que reúne em Brasília, hoje e amanhã, o presidente eleito com especialistas de todo o mundo, se acham o da estabilização, o do crescimento e o da política industrial. O assunto é complexo e não pode ser esgotado nas poucas linhas de um artigo. É possível, todavia, discriminar algumas perguntas que não podem deixar de ser respondidas para que o encontro atinja plenamente seus objetivos.

A primeira delas se refere à abertura para o exterior. Ninguém nega sua indispensabilidade no âmbito da estratégia em curso de integração competitiva no mercado mundial. Será, contudo, aceitável que essa abertura seja levada adiante com o comprometimento de importantes setores do nosso parque fabril? O simples desejo de coibir aumentos especulativos de preços será suficiente para aceitarmos o risco de acentuado processo de desindustrialização? Qual o ritmo a que deve obedecer essa abertura? Pode-se lembrar que o Japão ainda não a realizou e que, na Europa, ela foi levada adiante com as precauções necessárias para evitar pesados desinvestimentos em setores sensíveis.

A pregação do Estado mínimo (dentro do figurino do Consenso de Washington), que dominou a década de 80, começa a ser abandonada. Não se trata, por certo, de voltar à pervasiva interferência do setor governamental na atividade econômica do período de substituição de importações, mas de uma ação de estímulo e coordenação da parte deste, a exemplo do que sucede nos tigres asiáticos.

Nesse contexto, como fica o programa de privatização? Será aceitável que ele seja considerado simples instrumento para cobertura do déficit público? Mesmo que essa colocação seja aceita, como tal objetivo será viabilizado diante da pequeníssima parcela de dinheiro vivo que vem proporcionando o programa?

Proclama-se a importância da captação de recursos externos diante da baixa taxa atual de poupanças do país. Para a internação desses recursos seria necessária a aceitação de um déficit no balanço de transações correntes. Como este será obtido?

O seminário de Brasília deve tratar de questões que inspirem uma 'agenda' para o país.

Através da redução das exportações, que durante década e meia constituíram o único setor realmente dinâmico da economia brasileira? Ou com o aumento das importações, sacrificando os setores debilitados por uma longa recessão? Será possível controlar esse déficit evitando o retorno ao processo incontrolado de endividamento externo?

É de consenso geral que nenhum desenvolvimento será possível mantidas as elevadíssimas taxas reais de juros vigentes no país. Sabe-se, além disso, que estas põem em risco a política antiinflacionária, ao atrair capital especulativo estrangeiro (captado pelo governo através de emissões) e ao determinar a transferência para

os preços dos encargos financeiros das empresas. Até quando se manterá essa política de juros explosivos? Por que grandes massas de poupanças são captadas pelo sistema financeiro ao juro real de 6% ao ano e o governo se sente obrigado a colocar os títulos de sua dívida a juros reais entre 20% e 30% anuais?

O Brasil registra, sabidamente, um dos mais elevados níveis de concentração de renda do mundo, fenômeno que tinha na inflação uma de suas causas principais e no sistema bancário seu grande favorecido. Que medidas se pretende adotar para corrigir essa distorção e de que forma se obrigará o setor financeiro a devolver ao país o que lhe foi indevidamente subtraído?

Acredito, finalmente, que o seminário de Brasília não poderá deixar de enfocar a posição do Brasil diante dos fenômenos mundiais de regionalização e globalização. Nesse contexto são relevantes o Mercosul e a anunciada zona livre de comércio da América do Sul.

O Mercosul vem evoluindo conforme as previsões. Como, no entanto, o que declaradamente se pretende é não apenas uma abertura comercial mas um programa de desenvolvimento conjunto da área, cabe uma última pergunta: o que se pretende fazer para a definição desse programa?

Enfim, estas são apenas algumas das muitas perguntas que devem estar consideradas numa Agenda para o Brasil que é, em última análise, o objetivo da reunião. A meu ver elas são, todavia, as mais importantes.